

**SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR AMADEUS – SESA
FACULDADE AMDEUS-FAMA
CURSO DE PEDAGOGIA**

ANDREZA FERNANDA DA PAIXÃO SANTOS

**O PAPEL DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NAS ESCOLAS PÚBLICAS COMO
FERRAMENTA PARTICIPATIVA.**

Aracaju – SE

2013

ANDREZA FERNANDA DA PAIXÃO SANTOS

**O PAPEL DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NAS ESCOLAS PÚBLICAS COMO
FERRAMENTA PARTICIPATIVA.**

Artigo Científico apresentado à Faculdade Amadeus como Trabalho de Conclusão de Curso e requisito básico para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Orientado: Prof. Eduardo J. N. Schoucair.

Aracaju – SE

2013

S237p

Santos, Andreza Fernanda da Paixão

O papel da gestão democrática nas escolas públicas

como ferramenta participativa / Andreza Fernanda da

Paixão Santos. – Aracaju, 2013.

20f.

O PAPEL DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NAS ESCOLAS PÚBLICAS COMO FERRAMENTA PARTICIPATIVA.

* Andreza Fernanda da Paixão Santos¹

RESUMO

Identificando as alterações no modelo de gestão no ensino público, tem setores que atuam na educação resistindo à ideia da gestão democrática por não acreditarem que a ampliação dos mecanismos da participação seja capaz de oferecer um novo patamar para a elevação da qualidade do ensino e sua efetiva extensão aos setores oprimidos da nossa sociedade. Há mais de 10 anos Estados e Municípios vem desenvolvendo experiências de sucesso no campo da gestão democrática do ensino público. Depois da promulgação da Constituição Federal de 1988, que instituiu a gestão democrática do ensino público (ART. 206, inciso VI), o debate se intensificou e alguns Estados já sancionaram suas leis que dispõem sobre o tema mesmo antes de uma regulamentação nacional. Assim, o objetivo deste estudo é analisar o processo de gestão e de desenvolvimento profissional nas escolas. A metodologia utilizada baseou-se na análise exploratória e descritiva dos dados. Diante da realização do referido estudo, a problemática a ser investigada versou no seguinte questionamento: como trabalhar a gestão democrática no ensino público, garantindo a qualidade de ensino e o comprometimento de toda equipe? Dentro deste contexto, o papel da gestão democrática nas escolas públicas como ferramenta participativa é o comprometimento com toda equipe da gestão escolar, o diretor, os coordenadores, supervisores, professores, funcionários, os orientadores educacionais, alunos, os pais e de todos que fazem parte da comunidade, promovendo a experiência educacional promotora de aprendizagens significativas.

Palavras Chaves: Modelo. Participação. Gestão Democrática.

ABSTRACT

Identifying changes in the management model in public education , has sectors involved in education resisting the idea of democratic management for not believing that the extension of the mechanisms of participation is able to offer a new level for raising the quality of education and its effective outreach to the poor of our society . For over 10 years the states and municipalities has been developing successful experiences in the field of democratic management of public education . After the promulgation of the 1988 Constitution , which established the democratic management of public education (Art. 206 , item VI) , the debate has intensified and some states have enacted their laws have on the subject even before national legislation . The objective of this study is to analyze the process of management and professional development in schools . The methodology used was based on exploratory analysis and descriptive data . Before the completion of the study , the problem being investigated revolved around the following

¹ Graduanda em Pedagogia pela Faculdade Amadeus _FAMA. E-mail: dezabeijaflor@hotmail.com

question : how to work a democratic public education , ensuring the quality of teaching and the commitment of the entire team? Within this context, the role of democratic management in the public schools as a participatory tool is the commitment of the whole school management team , the director , coordinators , supervisors , teachers , staff, counselors , students , parents and all who are the community , promoting the educational experience promotes meaningful learning .

Key Words: Model. Participation. Democratic Management.

1 INTRODUÇÃO

Gestão é administrar, governar, dirigir, para garantir os melhores resultados, essa necessidade surgiu através das fortes mudanças que a sociedade vem atravessando nos últimos anos. A gestão define linhas de atuação em função dos objetivos e do perfil da comunidade e dos alunos, elaborando conteúdos curriculares, acompanhando e avaliando os resultados das propostas pedagógicas e o cumprimento de metas, a avaliação do desempenho dos alunos, do corpo docente e da equipe escolar; suas especialidades estão no regimento escolar e no projeto político pedagógico. O objetivo da gestão escolar é organizar, mobilizar e articular todos os recursos e materiais e humanos necessários para os avanços dos processos sociais e educacionais dos estabelecimentos de ensino.

O referido artigo tem como o objetivo geral analisar o processo de gestão e de desenvolvimento profissional nas escolas. Para tanto foram delineados como objetivos específicos identificar as alterações no modelo de gestão no ensino público; analisar a participação da comunidade na gestão do ensino público e analisar o processo decisório na gestão do ensino público. Dessa forma a problemática a ser questionada versou no seguinte questionamento: como trabalhar a gestão democrática no ensino público, garantindo a qualidade de ensino e o comprometimento de toda equipe?

A escolha do tema surgiu através da vivência na área de gestão escolar e o assunto gestão democrática nas escolas públicas despertou o interesse em ampliar os conhecimentos na respectiva área de estudo.

A gestão democrática é um processo de aprendizado e de luta que vislumbra nas especificidades da prática social e em sua relativa autonomia a possibilidade de criação de meios de efetiva participação de toda a comunidade escolar na gestão da escola,

isso significa que democracia é a busca pela participação, relação solidária, valorização de elementos internos como o planejamento, organização, gestão e avaliação, decisões tomadas coletivamente com discussões públicas, participação e organização entre a direção e o pessoal da escola.

Considerando os objetivos da pesquisa, esse estudo caracteriza-se contemplando a análise exploratória e descritiva dos dados coletados, recaindo sobre forma de abordagem qualitativa, onde os mesmos foram analisados através do método indutivo, utilizando referências bibliográficas sobre o tópico em questão, uma vez que o mesmo está revestido de subjetividade.

Com relação aos procedimentos para a coleta de dados, o delineamento escolhido foi o levantamento bibliográfico, sendo utilizada como ferramenta complementar além da técnica de fichamento a pesquisa documental.

O material coletado teve como base a análise de conteúdo, por meio dos quais foi possível criticar e interpretar as fontes pesquisadas.

A análise crítica deu-se através da coleta dos dados, objetivando ordenar e organizar as informações, verificando o conteúdo do material.

Tomando-se por base os resultados alcançados, realizou-se as deduções lógicas pertinentes ao tema, levando em consideração o referencial teórico aqui abordado.

2 GESTÃO DEMOCRÁTICA COMO FERRAMENTA PARTICIPATIVA

Identificando as alterações no modelo de gestão no ensino público, tem setores que atuam na educação, resistindo à ideia da gestão democrática por não acreditarem que a ampliação dos mecanismos da participação seja capaz de oferecer um novo patamar para a elevação da qualidade do ensino e sua efetiva extensão aos setores oprimidos da nossa sociedade.

No entanto, a experiência histórica já demonstrou suficientemente que o modelo atual, centralizado, burocrático, mutilador do trabalho dos professores em sala de aula

e isolado do conjunto das forças que atuam na sociedade, aniquilou a educação pública no Brasil.

Se essa gestão vier a se concretizar, ela criará condições mais efetivas de controle público sobre as orientações do Estado em suas políticas educacionais.

De acordo com Batista (2001), a gestão democrática poderá constituir um caminho real de melhoria da qualidade de ensino se ela for concebida, em profundidade como mecanismo capaz de alterar práticas pedagógicas. Não há canal institucional que venha a ser criado no sistema público de ensino que, por si só, transforme a qualidade da educação pública, se não estiver pressuposta a possibilidade de redefinição e se não existir uma vontade coletiva que queira transformar a existência pedagógica concreta.

As escolas têm que abrir os portões e muros escolares, deve está acompanhada da nova proposta pedagógica que a exija. A gestão deve ser um instrumento de transformação das práticas escolares, não a sua reiteração, este é o seu maior desafio, pois envolverá, necessariamente, a formulação de um novo projeto pedagógico. Se as escolas não estiverem predispostas a essa mudança, a gestão e a melhoria da qualidade serão expressões esvaziadas de qualquer conteúdo substantivo.

Por uma ampla reformulação da prática escolar, a ação dos professores torna-se fundamental, a sua organização e seu compromisso com a escola pública poderão criar condições em busca de um novo modelo pedagógico. Se o modelo buscado estiver calcado numa concepção genuinamente democrática do processo educativo, pressuporá ampliar a participação para se tornar factível e real, e será construído a partir de um coletivo que não possa mais ser gestado sem a presença efetiva de outros protagonistas: alunos, pais e demais forças sociais.

Não há o que temer nessa abertura para quem tem compromisso com a escola pública e exercem o seu trabalho com seriedade, logicamente essas pessoas serão os primeiros a serem reconhecidos por alunos, pais e moradores pelo seu compromisso e competência profissional. Existirão dificuldades e é nessas horas que as práticas enraizadas devem ser rompidas, mas agindo com reflexão e com prática pedagógica, às atividades educativas enriquecerá o desenvolvimento da escola.

Quando se fala ensino público no Brasil, identifica-se duas características de má qualidade, a má preparação para o mercado de trabalho e a ineficiência em levar o aluno à universidade. No nosso dia a dia deparamos com condições de trabalho e ensino precários, por que será que às escolas públicas encontram-se nessas condições? Será que os recursos a ela destinados têm sido suficientes? Será que os recursos a elas destinados estão sendo bem aplicados? Será que a comunidade tem tido acesso às informações e tem sido chamada a dar parcela de contribuição?

Podemos dizer que as escolas encontram-se nessa situação pela má gestão, pela má participação e colaboração de todos, sejam eles o poder político, diretores, professores, alunos e pais. A cidadania deve aprofundar a participação da sociedade civil organizada nas instâncias de poder institucional.

Educar para cidadania é a consciência de direitos, deveres e exercício da democracia. Não há cidadania sem democracia. E a democracia fundamenta-se em três direitos, civis, sociais e políticos.

A escola contribui para a democratização das relações no seu interior, e para a melhoria da qualidade de ensino. Todos os segmentos da comunidade podem compreender melhor o funcionamento da escola, conhecer todos que ali trabalham e estudam acompanhar melhor a educação que é oferecida.

Há mais de 10 anos Estados e Municípios vem desenvolvendo experiências de sucesso no campo da gestão democrática do ensino público. Depois da promulgação da Constituição Federal de 1988, que instituiu a gestão democrática do ensino público (ART. 206, inciso VI), o debate se intensificou e alguns Estados já sancionaram suas leis que dispõem sobre o tema mesmo antes de uma regulamentação nacional.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9394, 20 de dezembro de 1996, estabelece como princípio a gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e das legislações dos sistemas de ensino (Art. 3º, VII). E no Artigo 15, define os princípios da gestão democrática:

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- I- Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II- Participação das comunidades escolar e local em Conselhos de Escola ou equivalentes.

A Constituição promulgada em 1988 é o principal fundamento da gestão democrática do ensino público, pois, além de prevê-la expressamente no artigo 206, institui a “democracia participativa” e possibilita o exercício “direto” do poder (Art. 1º) e o “regime de colaboração” entre União Distrito Federal, Estados e Municípios (Art. 211).

Além da Constituição, há também o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.060/ 90) que incentiva a participação da criança na tomada de decisões no que diz respeito à sua vida. Prevê expressamente o direito da criança e do adolescente à “liberdade de opinião e expressão” (Arts. 15 e 16).

Nesse sentido, a gestão democrática faz parte da própria natureza do ato pedagógico. Ela se fundamenta numa concepção democrática da educação, contra uma concepção centralizadora e autoritária:

O primeiro e indiscutível direito da criança é aquele que lhe permite expressar livremente suas ideias, Gadotti (2004);

Toda criança é um ser dotado de inteligência, que pensa e deve ter o direito de pensar com sua própria cabeça, Gadotti (2004).

O aluno aprende quando torna sujeito da sua aprendizagem, então o aluno precisa participar das decisões que dizem respeito ao projeto da escola, que faz parte de sua vida.

Serão brevemente mostrados princípios e propostas da gestão democrática na perspectiva da Escola Cidadã.

O professor José Eustáquio Romão, diretor do Instituto Paulo Freire- IPF, em Juiz de Fora (MG), fala que, o poder governamental tem sido personalizado e a educação brasileira hierarquizada na gestão democrática do ensino público.

Qual o papel da escola como instituição numa sociedade pós- moderna e pós- industrial, caracterizada pela globalização da economia, das comunicações, da educação e da cultura, pelo pluralismo político, pela emergência do poder local?

Assim faz sentido afirmar que a educação começa já na concepção, continua após o nascimento e vai pelo resto da vida. Implica, portanto um constante reeducar-se e uma permanente auto- educação. Aprendemos a sermos humanos através do convívio com os demais membros da nossa comunidade.

Como diz Gadotti (2004), se é verdade que a educação não pode fazer sozinha a transformação social, também é verdade que a transformação não se efetivará e não consolidará sem a educação. Não podemos pensar que a gestão democrática da escola, possa solucionar todos os problemas de uma escola, mas hoje a sociedade exige a implementação, a sociedade enxerga como um dos possíveis caminhos para a democratização do poder da escola e na própria sociedade.

A eleição dos dirigentes escolares, só terá efeito associando a um conjunto de práticas e medidas, que garantam a capacitação para a participação efetiva dos representantes escolares e da comunidade nos destinos da escola pública. Vamos procurar entender esses sujeitos aos qual estamos falando.

A forma de se tomar decisões, individual ou coletivamente, implica algumas considerações:

Por mais iluminada que seja a descoberta de uma verdade ou por mais consistente e oportuna que seja uma tomada de decisões individual, se não socializada, ela corre o risco de morrer com quem a descobriu ou ter dificuldade de ser implementada na prática.

Na trajetória da humanidade isso pode ser percebido, desde quando, nos primórdios de sua arrancada para o processo civilizatório, o homem primitivo, buscando soluções individuais para os desafios da natureza hostil e percebendo que a própria espécie estaria ameaçada com tais soluções.

Para Gadotti (2004) e Militão (1989), o termo sujeito, acrescido dos adjetivos corporativos ou cultural, refere- se a um grupo de pessoas que agem na sociedade conforme um critério comum que as identifica, de tal modo que se reconhecem como

mutuamente pertencentes a uma mesma história e possuindo um mesmo destino como horizonte. Há uma percepção de um de nós ético que constitui tais pessoas numa unidade. O sentimento de pertencer cria e mantém a comum identidade. A noção de sujeito é aqui tomada em sua forma substantiva e quer significar um ser ativo, responsável, titular de direitos e deveres. Ser sujeito é ser capaz de julgar a realidade, empenhando-se pela sua transformação ou manutenção de modo a assumir a responsabilidade consciente pela própria vida. (...) Os adjetivos corporativo e cultural visam a apontar a ênfase maior ou menor que tenham os objetivos dominantes no grupo em relação à obtenção de benefícios para o próprio grupo ou para os demais grupos existentes; (...) sujeitos corporativos são aqueles cuja ênfase se dá na busca de benefícios limitados ao próprio grupo, enquanto sujeitos culturais visam aos objetivos de caráter mais geral cuja consecução tende a favorecer a um número maior de pessoas e grupos. A rigor, às ações do sujeito cultural poder-se-ia aplicar um princípio de universalidade: o que é de direito e dever para o grupo é defendido igualmente para qualquer outro grupo. Nesse sentido, o sujeito cultural é necessariamente pluralista.

A autonomia, a cidadania e a participação ganharam bastante espaço na área escolar e o projeto político pedagógico tem sido um dos temas marcantes em debates na área educacional.

O nome projeto político pedagógico, é necessariamente entender que todo projeto pedagógico é necessariamente político, poderíamos definir apenas projeto pedagógico, mas a fim de dar um destaque ao político dentro do pedagógico, conclui-se projeto político pedagógico.

É confuso o projeto, do plano. O plano é o diretor da escola, como conjunto de objetivos, metas procedimentos; faz parte do seu projeto, mas não é todo o seu projeto.

O plano fica no campo do instituído, ou melhor, no cumprimento mais eficaz do instituído, em torno da qualidade total. Já um projeto necessita sempre rever o instituído para, a partir dele, instituir outra coisa, tornar-se instituinte. Um projeto político-pedagógico, não nega ao instituído da escola que é a sua história, que é o conjunto dos seus currículos, dos seus métodos, o conjunto dos seus atores internos e externos e o seu modo de vida. Um projeto sempre confronta esse instituído com o instituinte.

De quem é a responsabilidade da constituição do projeto da escola?

A responsabilidade não somente da sua direção. Ao contrário em uma gestão democrática, a direção é escolhida a partir de sua competência e da liderança de alguém capaz de executar um projeto coletivo. A escola, primeiro escolhe um projeto e depois essa pessoa que pode executar- lo. Depois de realizada a eleição de um diretor ou de uma diretora dar- se a escolha de um projeto político- pedagógico para a escola. Então não se elege um diretor e sim um projeto para escola.

A comunidade da escola tem o compromisso de reeducar o seu dirigente e de colocar diante dele a administração da escola com as representações de todos os segmentos dela.

O voto na escolha do diretor é uma fonte, mas não a única fonte de participação da sociedade. Existem outros meios de democracia, que é a participação nas decisões.

Gadotti (2004), diz que, o diretor é como líder e responsável maior da escola, deve ter um papel decisivo na construção do projeto político pedagógico. É muito importante a maneira de sua escolha. No Brasil o diretor tem sido escolhido através de diferentes recursos, nomeação direta, ou através de listas oferecidas ao nomeador, concurso, esquemas mistos e também por meio de eleição direta. Quando a escolha é através da eleição direta o diretor passa a ter um compromisso explícito com aqueles que o elegeram. Este compromisso tem- se revelado fator determinante na democratização da gestão e na melhoria da qualidade do ensino da escola pública.

Batista (2001), diz ainda que o processo eleitoral, para escolha dos dirigentes escolares e dos membros dos conselhos de escola e comunidade, a partir das décadas de 1970 e 1980, trouxe para dentro da escola a disputa política, os conflitos e as divergências inerentes ao processo democrático. O voto é um direito adquirido na modernidade e como tal, é o melhor caminho para a escolha de dirigentes.

Quanto ao Projeto Político Pedagógico da Escola, Gadotti (2004), diz que a crise que atinge as escolas pode ser superada pela elaboração do Projeto Político Pedagógico, na perspectiva da escola cidadã, inserido no contexto de transformações e de reconhecimento da diversidade étnico- cultural.

O Projeto Político Pedagógico está hoje inserido num cenário marcado pela diversidade. A escola parte do intuito da realidade da escola e de seu entorno. Essa realidade precisa ser conhecida, diagnosticada e avaliada. Neste contexto, temos um instrumento essencial “A Carta Escolar”, que trata de um levantamento exaustivo da capacidade instalada de uma unidade escolar, tanto em termos de recursos físicos, instalações, equipamento, material didático etc., quanto dos recursos humanos (docentes e não docentes), da jurisdição, da entidade mantenedora, da área de abrangência das características sócio- econômicas dos alunos, do histórico de sua evolução ao longo dos anos e da demanda real e potencial que se dirige à unidade escolar. A Carta Escolar é um instrumento indispensável para a elaboração do projeto político pedagógico e o Planejamento Socializado Ascendente em todos os níveis educacionais, escolar, municipal, estadual e federal. Gadotti, (2004), diz que este instrumento constrói- se de forma interdisciplinar. Ele pressupõe uma ação intencionada com um sentido definido, explícito, sobre o que se quer inovar. A seguir, elencaremos sete elementos facilitadores de um projeto pedagógico:

- A comunicação eficiente. Um projeto deve ser facilmente compreendido;
- A adesão voluntária, todos precisam estar envolvidos. A co-responsabilidade é um fator decisivo no êxito de um projeto.
- Suporte institucional e financeiro significa o pleno conhecimentos de todos e principalmente dos dirigentes e os recursos financeiros claramente definidos.
- Controle, acompanhamento e avaliação do projeto. Um projeto sem avaliação não consegue saber se seus objetivos estão sendo atingidos.
- Uma atmosfera um ambiente favorável.
- Credibilidade, as competências tem que ser comprovadas, porque senão o projeto pode ficar limitado.
- Referencial teórico facilita encontrar os conceitos e estrutura do projeto.

O projeto político- pedagógico na escola enfrentará barreira, quando não se é confiável que se projeta. Um novo projeto deve constituir- se de conscientização e de formação cívica, deve ser uma recuperação a necessidade do planejamento na educação.

Sobre Conselhos de Escolas: coletivos instituintes da Escola Cidadã Gadotti (2004) diz que, o Conselho de Escola é um colegiado formado por todos os segmentos da comunidade escolar: pais, alunos, professores, direção e demais funcionários. Através dele, todas as pessoas ligadas à escola podem fazer-se representar e decidir sobre aspectos administrativos, financeiros e pedagógicos, tornando este coletivo não só um canal de participação, mas também um instrumento de gestão da própria escola.

O planejamento Socializado Ascendente, demonstra que o projeto democrático da escola exige também uma metodologia democrática. É também o tratar de pensar e realizar o planejamento enquanto processo que se constroem a partir da integração das forças de todos os sujeitos, segmentos ou grupos comunitários e sociais que, direta ou indiretamente, convivem e atuam na escola (Planejamento Socializado). Este planejamento supõe que as propostas das escolas possam influenciar de maneira mais consistente, os demais níveis de planejamento educacional: municipal, estadual e federal, bem como as autoridades responsáveis por eles na elaboração de políticas educacionais (Planejamento Ascendente). Gadotti (2004).

Trabalhando as culturas das escolas, Gadotti diz que muitas possuem suas singularidades e dentre os movimentos contemporâneos de educação, um dos mais ricos é o da multiculturalidade. A escola precisa abrir-se para novas manifestações culturais, no sentido do respeito pelo outro, professor, aluno, pais e a comunidade, todos são frutos do seu meio. A escola deve ser local como ponto de partida, mas deve ser nacional e internacional como ponto de chegada.

A Escola Cidadã está inserida no novo contexto de busca de identidade nacional, ela surge como resposta à burocratização de ensino e ela vem surgindo em numerosos municípios.

Neste contexto surge a municipalização do ensino ao Sistema único e Descentralização de Educação Básica (SUDEB), sendo o mesmo uma nova oportunidade para a educação brasileira, na medida em que preserva a unidade e, ao mesmo, favorece a autonomia da escola. O SUDEB instaura, de fato, o “regime de colaboração” previsto na Constituição de 1988 e também no parágrafo único do artigo 11 da nova LDB- Lei de Diretrizes e Base (9394/96), em que está previsto que “os municípios poderão optar, ainda por se integrar ao sistema estadual de ensino ou

compor com ele um sistema único de educação básica”. O SUDEB, portanto, acaba com a atual separação entre as redes de ensino. O aluno não é “municipal”, nem “estadual” e nem “federal”; ele é, simplesmente, aluno de uma escola pública.

Gadotti e Romão (2004), diz ainda que, quando o Estado, a sociedade civil e à sociedade econômica entenderem melhor qual é o papel da educação na formação para a cidadania e para o desenvolvimento nacional, encontrarão com mais facilidade os recursos para a construção de uma escola de qualidade para todos. Por isso, enquanto a escola não for de todos, enquanto todos não se interessarem por ela, ela não poderá ser para todos.

A escola para funcionar necessita da adesão de seus usuários (não só de alunos, mas também de seus pais ou responsáveis) aos propósitos educativos a que ela deve visar, e que essa adesão precisa redundar em ações efetivas que contribuam para o bom desempenho do estudante.

Dentro deste contexto, o papel da gestão democrática nas escolas públicas como ferramenta participativa é o comprometimento com toda equipe da gestão escolar, o diretor, os coordenadores, supervisores, professores, funcionários, os orientadores educacionais, alunos, os pais e de todos que fazem parte da comunidade, promovendo a experiência educacional promotora de aprendizagens significativas.

A gestão exige uma mudança de mentalidade de todos os membros da comunidade escolar, deixar de lado o velho preconceito de que a escola pública é apenas um aparelho burocrático do Estado e não uma conquista da comunidade.

Na gestão democrática os pais, os alunos, os professores, os funcionários, todos devem assumir sua parte de responsabilidade pelo projeto da escola.

A gestão democrática da escola é um passo importante no aprendizado da democracia, a escola deve formar para a cidadania e deve dar exemplo. A escola está a serviço da comunidade, prestando os seus serviços.

Participação na gestão da escola proporcionará um melhor conhecimento do funcionamento da escola e de todos os seus atores, um melhor ensino, um contato permanente entre professores e alunos que leva ao conhecimento mútuo e aproximará as necessidades dos alunos, dos conteúdos ensinados pelos professores.

A gestão deve estar impregnada na escola, na circulação das informações, na divisão do trabalho, no estabelecimento do calendário escolar, na distribuição das aulas, no processo de elaboração ou de criação de novos cursos, na formação de grupos de trabalho, na capacitação dos recursos humanos etc. A gestão democrática é, portanto, atitude e método. Atitude é necessária, mas não é suficiente.

Gestão é um trabalho em conjunto, com pessoas pensando e analisando melhores maneiras para o projeto pedagógico da escola. A participação obtém experiências negativas e positivas do ponto de vista do compromisso das pessoas, isso ocorre quando as pessoas não estão orientadas para a melhoria efetiva dos resultados educacionais e formação dos alunos.

A gestão democrática é um instrumento de transformação das práticas escolares é um desafio de envolver a formulação de um novo projeto pedagógico. As escolas devem está dispostas a essas mudanças de melhoria da qualidade de ensino, porque senão será expressão esvaziada no conteúdo de ensino.

Sua democratização vem produzindo avanços significativos, desde o envolvimento de todos da comunidade escolar na seleção do diretor da escola, à implantação de conselhos escolares.

A gestão escolar participativa é fundamental, pois através da mesma, pode-se melhorar a qualidade pedagógica do processo educacional das escolas, garantir um currículo escolar mais centrado na realidade e atualidade, aumentar o profissionalismo dos professores, combater o isolamento físico, administrativo e profissional dos gestores e professores, motivar o apoio das comunidades escolar e local, desenvolver objetivos comuns na comunidade escolar. A falta de consciência do poder de participação decorre nos resultados negativos para a organização social e para as próprias pessoas que constituem o ambiente escolar.

Batista (2001), diz que a gestão democrática da escola pública deve ser incluída nas práticas sociais que contribuem para a consciência democrática. A gestão democrática não pode ser uma proposta de democratizar apenas a esfera de administração da escola, é o reconhecimento de transformar a escola numa escola de qualidade, tendo o mérito de implantar uma nova cultura na escola, para as condições essenciais do acesso e permanência dos filhos das classes populares na escola

pública. É fundamental que atinja todas as esferas da escola e chegue à sala de aula. Enquanto a democracia não chegar ao trabalho de sala de aula, a escola não pode ser considerada democrática. A sala de aula não é só lugar de conteúdo, é também o lugar da disputa pelo saber, é o lugar da construção da subjetividade, é o lugar da educação política.

A gestão escolar está compartilhando as responsabilidades do sistema escolar para a comunidade. O nome gestão participativa já diz participação, envolvimento de funcionários para obter um objetivo, resolvendo problemas, tomadas de decisões, no estabelecimento e na organização atendendo as necessidades das pessoas a quem os serviços da organização se destinam. Qualquer membro da comunidade que esteja interessado na melhoria do sistema de ensino, faz parte da gestão participativa.

De acordo com Luck (2005), a participação da comunidade escolar, junto dos professores, especialistas, pais, alunos, funcionários e gestores escolares, promovem o afastamento das tradições corporativas e clientelistas, prejudiciais à melhoria do ensino.

Nos anos de 1920 e, sobretudo nos anos iniciais da década de 1930 as teses reformistas educacionais no Brasil defenderam em grande parte a abertura da escola para seus usuários, entendidos como pais, famílias e a denominada “comunidade” e nos anos de 1931 a 1935 na gestão de Anísio Teixeira, como secretário de Educação, os estudantes secundaristas no antigo Distrito Federal, foram responsáveis pelos primeiros movimentos de participação na gestão pública.

Na década de 1970, os movimentos democráticos do sistema escolar recomeçaram com as lutas populares por mais vagas e pela eleição de diretores de escolas, nesse mesmo ano a participação foi considerada tão importante para o regime autoritário, que passou a ser compulsória, mediante a regulamentação e a obrigatoriedade da criação de alguns canais, como as Associações de Pais e Mestres, tuteladas por regras burocráticas, estabelecendo uma condição de cidadania sobre controle.

Na década de 80 iniciou o movimento da democratização da gestão das escolas públicas, encontrando apoio nas reformas educacionais. Este movimento reconhece a necessidade de unir estas mudanças estruturais e de procedimentos no aprimoramento

escolar por meio de um projeto pedagógico. Em muitos países esse movimento é difundido, como no Reino Unido, Nova Zelândia, Austrália, Estados Unidos, Canadá, Suécia e Alemanha.

Estes processos estão ocorrendo em toda a parte do Brasil e essas tendências são alimentadas mundialmente para a participação maior em todos os aspectos de gerenciamento governamental para a confirmação dos gestores que ativamente procuram resolver conflitos, consenso e envolver participantes nos processos decisórios conseguindo os melhores resultados sejam na escola ou em qualquer tipo de organização social.

Segundo Batista (2001), os movimentos de participação na gestão da escola pública foram e continuam sendo ações políticas organizadas pelos sindicatos de profissionais da educação, pelos partidos de esquerda e pela população, por exemplo, grupo de mães mobilizando contra a cobrança da taxa na hora da matrícula (RIBEIRO, 1986, p. 24). Os movimentos não possuem registros, a não ser quando conseguem espaço nas reportagens dos jornais, ou quando um pesquisador atento se detém para analisa- los.

Dessa forma, o movimento pela gestão democrática não surge isolada, esses movimentos surgem, através de ações para melhoria de salário dos professores, funcionários públicos e por outros motivos.

Em algumas cidades e estados, os prefeitos ou governadores se sentem pressionados com esses movimentos populares.

Três municípios foram pioneiros do movimento de democratização das escolas públicas: Em Boa Esperança, Espírito Santo o prefeito eleito pela (ARENA) Aliança Renovadora Nacional, em 1976, implantou por influência da comunidade eclesial de base do planejamento participativo; Lages, Santa Catarina 1976, pelo MDB- Movimento Democrático Brasileiro, o prefeito também implantou uma administração municipal participativa, com isso descobriu várias histórias contadas pelos moradores, enriquecendo o currículo da escola, Piracicaba- São Paulo em 1976 o MDB, conseguiu várias participações da população. (CUNHA, 1991, p. 119).

A participação vem transformando- se em uma corrente e é preciso aprofundar a reflexão, pois a questão envolve maior grau de complexidade do que apresenta.

É preciso entender a integração da escola com a família e a comunidade, a colaboração dos pais é um mecanismo de representação e participação política.

Falando livremente sobre participação uns dos fatores que impede a participação da comunidade na escola é a ausência de programas sérios, consistentes e permanentes, que possibilitem a capacitação dos segmentos escolares. Existem uns obstáculos quando se refere à participação, pois a falta de uma política educacional, que valorize os educadores, que estabeleça planos de carreira, a remuneração digna e a inexistência de uma legislação que regule os princípios de uma gestão democrática.

Nas últimas décadas a participação dos setores mais amplos, como pais, moradores, movimentos populares e sindicais são os caminhos para a efetiva democratização do ensino público.

Os pais precisam participar isso se diz que a presença precisa ser sentida no Conselho de Escola, na escolha do livro didático, no planejamento do ensino, na organização de eventos culturais, de atividades cívicas, esportivas. Não basta apenas assistir as reuniões, tem que participar nas elaborações.

O surgimento dos Conselhos de escola e comunidade assustou toda equipe da gestão escolar. O Conselho trouxe para a escola a escolha de um dirigente, trouxe também vozes discordantes, mas que foram importantes no conjunto, porque fizeram a equipe refletir e ver que a realidade está sempre em movimento.

Espera- se de um dirigente escolhido pelo voto, que assuma a postura de dirigente escolar, que compartilhe o poder com a direção da construção democrática de um novo projeto.

3 CONCLUSÃO

A gestão escolar é o compartilhamento de responsabilidades do sistema escolar para a comunidade. O nome gestão participativa já diz participação, envolvimento de

funcionários para obter um objetivo, resolvendo problemas, tomadas de decisões, no estabelecimento e na organização atendendo as necessidades das pessoas a quem os serviços da organização se destinam. Qualquer membro da comunidade que esteja interessado na melhoria do sistema de ensino, faz parte da gestão participativa.

A comunidade tem que participar na escolha do gestor na criação do conselho escolar e no repasse dos recursos financeiros às escolas. Depois da designação de gestor escolar, como o desempenho alcançado em uma prova competitiva, apresentação de um plano de desenvolvimento escolar e referências sobre o desempenho anterior- passado, os gestores dedicam uma quantidade considerável de tempo à capacitação profissional e ao desenvolvimento de experiências pedagógicas caracterizadas pela reflexão ação, eles tem que abrir os portões da escola, envolvendo, pais, alunos, professores, funcionários, todos que fazem parte da gestão escolar, ajudando não somente na diminuição das evasões e das violências, mas também, na vida escolar e familiar dos alunos.

O papel do gestor é inserir todos na gestão da escola. O assunto gestão escolar é muito amplo, já o de gestão democrática nas escolas públicas, está direcionado a outro tipo de gestão, o tipo de gestão que se foi estudado para a elaboração deste estudo. Foi possível através da realização do mesmo, descobrir várias informações sobre as diversas maneiras de gestão. Dessa forma, o ensino público do Brasil vem passando por diversas transformações, mas também vem se reconhecendo amplamente que a educação é um elemento fundamental no desenvolvimento social e econômico, e que o ensino especialmente oferecido por setores públicos é insatisfatório diante dos padrões internacionais, tanto na sua quantidade quanto na sua qualidade.

REFERÊNCIAS

BATISTA, João Bastos et al. **Gestão Democrática**. Rio de Janeiro: DP&A: SEPE, 2001, 2ª edição;

GADOTTI, Moacir ; ROMÃO, José E. **Autonomia da escola**: princípios e propostas. São Paulo. Ed. Cortez: Instituto Paulo Freire, 2004;

LÜCK, Heloisa et al. **A escola participativa**: O trabalho do gestor escolar. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2005.

Revista Família e Escola, Parceiros na aprendizagem, Escolas conseguem melhorar o rendimento do aluno e diminuir a evasão e a violência abrindo as portas para os pais e a comunidade. Pg: 32-36, Junho/Julho de 2006, Ano XXI. N° 193.

Vicentine, Almir. **Gestão escolar- Dicas corporativas**: nossas escolas estão prontas para os desafios do mundo corporativo? / Almir Vicentini, - São Paulo: Phorte, 2010